

Fronteiras - Revista de História/UFMGD - Dossiê “Territórios e fronteiras no Ensino de História”

Renilson Rosa Ribeiro (UFMT)
Adriana Aparecida Pinto (UFMGD)
Mairon Escorsi Valério (UFFS)

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.
Paulo Freire

Para *Paulo Freire*,
em nome de uma a educação como forma de libertação.

A *Fronteiras: Revista de História* tem o satisfação de apresentar a segunda parte do dossiê sobre *Territórios e Fronteiras no Ensino de História*. O presente dossiê é um chamado a reflexão sobre os territórios do ensino de História na contemporaneidade, agregando estudiosos de diferentes regiões do país e instituições de ensino.

A ideia do dossiê parte da articulação entre os conceitos de territórios e fronteiras e das diversas interfaces que a área de ensino de história tem desenvolvido como campo de pesquisa e análise, seja na história do ensino de história, na análise de livros didáticos, na reflexão sobre os currículos, na relação entre ensino de história, historiografia e teoria da história, no estudo da cultura escolar e sua incidência sobre o ensino de história, no aprofundamento do debate acerca da aprendizagem histórica.

A riqueza da proposta está na amplitude, e ao mesmo tempo especificidade, que os conceitos de territórios e fronteiras (e seus derivados) adquiriram ao longo de sua caminhada histórica na modernidade. No entanto, nosso interesse não é o de encapsular os conceitos, mas entendê-los em sua relação orgânica com a área de ensino de história. Interessa-nos sua polissemia, o que significa perceber os diferentes espaços constitutivos do campo do Ensino de História no Brasil.

Partimos da premissa de que os conceitos são mutantes e híbridos e que as possibilidades de sua delimitação e restrição significam sua subsequente essencialização, seu engessamento decorrente de um suposto horizonte técnico capaz de captá-los em seu estado de pureza. Não é o nosso objetivo neste dossiê. O foco é justamente a hibridização, o amálgama, a possibilidade de articulação do pensar

teoricamente a partir de conceitos, temas, abordagens e problemas que só ganham significado quando “interconectados”, quando imersos numa rede argumentativa, quando instrumento em funcionamento, ferramenta em obra. Em reflexão crítica, não há nada que se sustente em si, e por sua natureza, os conceitos e as ideias só existem em função da vida social, da experiência cultural, da sua dimensão para os sujeitos, pela *mundanidade* que os contextualiza e permite a eles uma existência representativa.

Deste modo, o ensino de história, suas temáticas, objetos e clivagens teóricas são campos férteis nos quais os conceitos de territórios e fronteiras podem evidenciar suas potencialidades analíticas e suas forças teóricas como instrumentos de produção de conhecimento. Trata-se de uma proposta que permite também ampliar o leque de debates dentro da área de “Ensino de História”, ampliando suas referências analíticas, teóricas e conceituais. Não é apenas falar dos territórios e fronteiras, mas sim adentrá-los, torná-los conhecidos e desejados/questionados.

Esse convite feito aos nossos colegas de área e as suas respostas nos indicam um caleidoscópio de questionamentos e problemas com ricas e instigantes possibilidades de análises, reflexões e pesquisas. Antes de ser uma defesa do campo do Ensino de História, esse dossiê é um manifesto a favor da democracia e da liberdade de pensamento e expressão. É o nosso “Cavalo de Tróia” contra projetos antidemocráticos como o “Escola Sem Partido” e toda a gama de discursos de intolerância e preconceito ainda persistente na sociedade brasileira. É o nosso engajamento em prol da escola/universidade pública, gratuita, democrática e plural. Enfim, é um desejo pulsante e urgente de existir, resistir e sonhar

Abrindo esse dossiê, o artigo *Os concursos para docentes do ensino superior na área de História*, de Raquel Alvarenga Sena Venera, discorre sobre as práticas discursivas privilegiadas nos concursos para docentes do Ensino Superior, adjunto e ou assistente, na área de Ensino de História, tomando por referência a análise do discurso e a História do Tempo Presente.

Em *Ensino de História, Estágio Supervisionado e pesquisa histórica em Educação: lugares de convergência*, Adriana Aparecida Pinto apresenta os resultados de uma das ações realizadas no Laboratório de Ensino de História - LABhis -, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Nesse sentido, promove a articulação entre o ofício do historiador e a pesquisa em educação na perspectiva histórica, de modo a atender ao levantamento, sistematização e organização de

documentação em apoio à consolidação da escola como lugar de memória, vinculando espaços desta natureza ao ensino e aprendizagem de História.

No artigo *A formação de professores para o ensino de História: impasses em perspectiva*, Wilma de Nazaré Baía Coelho e Nicelma Josenilda Brito Soares trazem reflexões sobre os impasses que permeiam a área da educação, a partir da inspeção aos processos formativos para o Ensino de História, sob a perspectiva da legislação, da produção acadêmica e da formação de professores. A análise é subsidiada pelas formulações teóricas que se ocupam da formação de professores, em âmbito mais geral, e do ensino de História.

No ensaio *Ensinar história e cultura afro-brasileira: possibilidades e alternativas de Práticas Pedagógicas*, de autoria de Júlio Ricardo Quevedo Santos e Aristeu Castilhos da Rocha, sinaliza-se algumas possibilidades e alternativas para o profissional em História – trabalhador em Educação – atuar frente a esta nova realidade da comunidade escolar, num contexto de debates e reformas curriculares no Brasil. Nesse sentido, os autores dialogam com as questões presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de 2013, na Resolução n. 02/2015 do MEC/CNE, que trata da formação de profissionais para o Ensino de História, entre outras, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em processo de elaboração, desdobramentos da LDB n. 9394/96, acompanhadas de disputas pelo direito à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) que tem por objetivo a cidadania e a promoção à igualdade étnico-racial.

Márcia Elisa Teté Ramos, em *O mau professor de História segundo os “Guias politicamente incorretos de história”*, aborda as noções sobre o que seria o mau professor de História dos “*Guias Politicamente Incorretos de História...*”. Esses Guias partem do princípio generalista de que os professores da disciplina das escolas ou das universidades públicas ensinam uma História ideológica, por isso deturpada, porque “de esquerda”. Para substituir esta História supostamente deturpada, os Guias propõem revelar a “verdade histórica”, desconstruindo heróis e vilões, assim como determinados momentos históricos. Nos meandros desse tipo de abordagem, a autora procura entender como essa obra se apropria do passado para legitimar determinado discurso contra a escola democrática e plural.

No artigo *História de mudanças, mudanças da história: educação popular e representações sociais de estudantes do Projeto de Educação de Jovens e Adultos*

(P.E.J.A) – *UNESP/Assis*, Ronaldo Cardoso Alves e Stefânia Rosa Santos trazem uma análise acerca das Representações Sociais de alunos do Projeto de Educação de Jovens e Adultos (P.E.J.A.), vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis. Os principais objetivos da pesquisa foram identificar as representações construídas em torno dos estudos na vida adulta, especificamente a partir do ingresso no P.E.J.A., compreender a importância do projeto, e por fim, analisar a influência do trabalho de alfabetização e letramento na vida destes educandos.

Em *História dos africanos e afrodescendentes nos livros didáticos, guias e programas nacionais*, Luís César Castrillon Mendes, Mairon Escorsi Valério e Renilson Rosa Ribeiro analisam um importante veículo que se encontra ligado as articulações entre política de Estado (por exemplo, Programa Nacional do Livro Didático – PNLD), currículos e escolas: o livro didático de história. Nesse sentido, os autores procuram entender o livro didático enquanto um complexo objeto cultural, vinculado às políticas públicas e a sua adaptabilidade às novas exigências contemporâneas, com destaque para a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que instituem o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica.

No artigo *A cultura histórica como possibilidade investigativa da educação patrimonial nas aulas de História*, Marcelo Fronza promove uma visão abrangente sobre como a cultura histórica de uma sociedade é constituída por meio da sua memória histórica. Tal prática é efetivada por meio de concepções ligadas ao patrimônio histórico, à experiência com a história local e aos museus e seus objetos como possibilidades de construção aulas de história que favoreçam o desenvolvimento da consciência histórica dos sujeitos que vivenciam a cultura escolar. É no encontro dessas questões que o pesquisador propõe suas reflexões e apontamentos sobre a educação patrimonial.

Dilton Candido dos Santos Maynard, em *Expandindo as fronteiras do ensino: os conteúdos multimídias nas coleções de História do PNLD 2014*, estuda o material aprovado pelo Edital PNLD 2014 para compor o acervo de conteúdos multimídias incorporados às coleções de livros presentes no Guia do Livro Didático 2014. Dentro desta perspectiva, analisa os limites e potencialidades dos objetos educacionais digitais (OEDs) nas três coleções mais adquiridas pelo Ministério da Educação (MEC) e o esforço pioneiro para introduzir, nas escolas públicas brasileiras, suportes digitais na área de História.

Em *Livros didáticos e ensino de História: A Comissão Nacional do Livro Didático, do Estado Novo ao período democrático (1938-1961)*, Halferd Carlos Ribeiro Júnior apresenta e discute o processo de avaliação dos livros didáticos no Brasil, em especial dos manuais escolares de História, em que teve fundamentação em uma legislação aprovada em 1938 e alterada em dezembro de 1945, desse modo, uma legislação e proposta de avaliação elaborada na época do Estado Novo, que permaneceu, ainda que modificada, no período democrático.

O artigo *Viajantes de Clio: intelectuais, intercâmbios e formação*, de Alexandra Lima da Silva, objetiva investigar os sentidos das viagens realizadas por intelectuais que se dedicaram à escrita de livros didáticos de História é o horizonte do presente trabalho. Nesse sentido, analisa a relevância das viagens na circulação de livros e ideias referentes ao ensino de História do Brasil, sobretudo entre finais do século XIX até metade do século XX.

No ensaio *A arte da memória de povos em diáspora: história e pedagogia em “condições de enunciação”*, Maria Antonieta Antonacci, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, intertextual, intercultural, em diálogos comunitários, repensa abordagens na produção/transmissão de conhecimentos históricos, reorganização curricular, práticas de ensino/aprendizagem a partir do potencial de opções pedagógicas descoloniais contidas nas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, para a educação básica.

As reflexões contidas no artigo *Saberes históricos na Educação Infantil: alguns apontamentos e necessidades*, de Cristiane Aparecida Zambolin Teodoro e Camila José Galindo, são resultantes de uma pesquisa que se desenvolveu no âmbito do Grupo de Investigação sobre o Ensino e as Necessidades Formativas de Profissionais da Educação – CNPq/UFMT, a qual buscou identificar a representação de necessidades que professoras da Educação Infantil têm acerca da construção de saberes históricos junto as crianças. O tema em questão foi escolhido em razão da emergência de conhecimentos sobre a perspectiva do ensino e de práticas pedagógicas relacionadas a construção de saberes históricos junto as crianças bem como de precisar necessidades formativas a partir da voz dos sujeitos.

Adilton Luís Martins, em *Educação e Antiguidade no século XVIII francês*, convida-nos a pensar a articulação entre o mundo antigo e o contemporâneo. Para o autor, o ensino sobre história e letras clássicas no século XVIII francês oferecia três dimensões para as elites, a primeira representava um estética humanista para moldar o

caráter dos estudantes; a segunda era uma prática de retórica que constituía forma de pensar e de convencimento; a terceira dimensão associava a própria elite com um vocabulário cultural de distinção. É por meio desse universo dos “usos do passado” que o seu artigo irá permitir o diálogo com o ensino de História.

Em *Propostas para o ensino de História: a construção de um saber escolar*, Kátia Maria Abud discute o ensino de História na perspectiva da elaboração dos documentos curriculares produzidos no Brasil, na segunda metade do século passado. Para tanto se detém nos Guias Curriculares para o Ensino de Primeiro Grau e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e procura desvendar as confluências entre os dois documentos.

No artigo *Aprender com objetos no Museu da República: propostas de leitura das dobras do tempo*, Carina Martins e Marta Robalinho abordam as possibilidades e os usos pedagógicos do objeto no ensino de História, com especial atenção para o Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, a proposição de paradigmas educativos a partir da leitura do objeto é posto como um exercício interpretativo válido e necessária na prática de ensino.

Itamar Freitas e Margarida Maria Dias de Oliveira, no texto *Família como sujeito na historiografia didática sobre o contemporâneo e o tempo presente*, tratam do sentido de família, representado textual e iconograficamente nos livros didáticos de História destinados ao Ensino Fundamental no Brasil. Dentro dessa questão, dissertam sobre a família como sujeito histórico e a presença da família na historiografia didática para adolescentes no contexto contemporâneo.

Fechando o dossiê, Osvaldo Rodrigues Junior e Tania Braga Garcia, no ensaio *Diálogos com os professores: contribuições dos manuais de didática da História para as práticas de ensino*, apresentam resultados de análise de manuais de Didática da História produzidos no Brasil entre 1997 e 2013, explicitando características da estrutura e forma de sete obras que correspondem à definição de manuais didáticos como obras que têm a finalidade de orientar professores em suas práticas de ensino.

Na seção de artigos livres temos a contribuições de seis estudos: Bruno Pinheiro Rodrigues, no texto *O trânsito de cativos do oeste da América portuguesa para espanhola: fugas, sequestros e a busca de liberdade (século XVIII)*, tem como proposta a análise de documentos que registram o movimento de cativos na fronteira entre as duas coroas ibéricas no século XVIII, a saber, a portuguesa e espanhola. Para

tanto, discorre sobre as rotas, fluxo de fugas, casos de “trânsito forçado”, bem como fugas individuais ou coletivas.

Andréia Vicência Vitor Alves, Alessandra Domingos de Souza e Marianne Pereira de Souza, no artigo *Ações do Estado de Mato Grosso do Sul para a gestão da educação: básica: da promulgação da Constituição Federal (de 1988 à 1998)*, buscam apreender as ações do Estado de Mato Grosso do Sul para a gestão da educação básica, com o intuito de explicitar o curso da gestão da educação na política educacional desse estado no período de 1988 à 1998.

Valdir Aragão do Nascimento, em *O periodismo e a construção da identidade nacional paraguaia no decurso e no pós-guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*, por meio dos meios de comunicação da época, apresenta alguns dos fatos histórico-culturais mais importantes ocorridos durante e depois da Grande Guerra; fatos estes que ensejaram a constituição de uma identidade nacional paraguaia tributária dos episódios bélicos havidos durante o conflito.

Lorena Zomer, no artigo intitulado *A escrita de Guido Alcalá e a literatura latino-americana nos anos 1970*, analisa a relação do estilo de escrita latino-americana que estava se desenvolvendo com a literatura do jornalista e escritor paraguaio Guido Rodriguez Alcalá, ao mesmo tempo em que trabalha ideias sobre dois contos, chamados *La session de la OEA* e *Memorias de una sindicalista*.

Tatiane Monteiro Ré, Marcos Clair Bovo e Fábio André Hahn, no ensaio *A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade*, abordam os usos e as funções desempenhadas pela praça em uma pequena cidade, questão ainda pouco investigada. Nesse sentido, adotam a metodologia proposta por Milton Santos, partindo de suas categorias de análise de estrutura, processo, forma e função.

Beatriz dos Santos Oliveira Feitosa e Luciene Aparecida Castravechi, em *O progresso da Amazônia a preço de vidas: repressão militar no Araguaia mato-grossense (1970)*, tomando por base os conceitos de “modernidade” e “progresso”, relacionam a produção dos discursos num contexto desenvolvimentista, que tomava conta do Brasil durante a vigência dos Governos Militares, e a constituição dos novos espaços de ocupação, resultantes dos projetos de modernização pensados e financiados pelo Estado – tendo a Amazônia mato-grossense como cenário.

Esse número da Revista fecha com duas resenhas: a primeira de autoria de Amauri Junior da Silva Santos, do livro *Didáticas da história - Entre filósofos e*

historiadores (1690-1907), de Itamar Freitas e publicado em 2010 pela Editora da UFRN; e a segunda de Regina Weber, da obra *Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia (1967-1997)*, de Rogério Sávio Link e publicado pela Editora Karywa, em 2015.

No mais, desejamos a tod@s uma excelente leitura!